

DISPUTAS PELO ESTABELECIMENTO DO CAMPO CIENTÍFICO CATARINENSE: DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE FLORIANÓPOLIS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Larissa Zancan Rodrigues¹

Clayton Barbosa Ferreira Filho²

Resumo

Neste artigo, sob o olhar dos estudos da Sociologia e História da Educação, caracterizamos o cenário precedente de criação da Universidade de Santa Catarina (USC) a fim de compreender como se deu o estabelecimento do campo científico catarinense. Para tanto, utilizamos, como fontes documentais, o extinto jornal catarinense *O Estado* e pesquisas bibliográficas referentes ao período 1910–1960. Mediante análise das fontes foi possível identificar, ainda na Primeira República, a mobilização das elites locais, principalmente na figura de membros da intelectualidade ilhéu e de agentes que ocupavam cargos político-administrativos, para a fundação do Instituto Politécnico de Florianópolis. A partir de resquícios oriundos do processo de formação do Instituto, que fechou as portas em 1935, diversos cursos superiores começaram a proliferar, via faculdades isoladas, na capital, o que culminou, em 1956, com o início dos trabalhos para fundação da Universidade de Santa Catarina em meio às políticas desenvolvimentistas do Governo de Juscelino Kubitschek.

Palavras-Chave: Instituto Politécnico de Florianópolis. USC. UFSC. Campo Científico. Sociologia e História da Educação.

Disputes for the establishment of Santa Catarina's scientific field: from the Instituto Politécnico de Florianópolis to Universidade Federal de Santa Catarina

Abstract

In this article, from the perspective of Sociology and History of Education, we characterize the previous scenario to the Universidade de Santa Catarina's (USC) creation in order to understand how the scientific field in Santa Catarina was established. For that, we used, as documentary sources, the extinct Santa Catarina's newspaper *O Estado* and bibliographic researches referring to the 1910–1960' period. By analyzing the sources it was possible to identify, still in the First Republic, the mobilization of local elites, mainly by the actions of islander intellectuals and agents who held political-administrative positions, for the Instituto Politécnico de Florianópolis' foundation. Based on the remnants of the Institute, which closed its doors in 1935, several higher education courses began to proliferate, through isolated colleges, in the capital, which culminated, in 1956, with the preparations for the establishment of the Universidade de Santa Catarina during the context of Juscelino Kubitschek's developmentalist policies.

Key-words: Instituto Politécnico de Florianópolis. USC. UFSC. Scientific Field. Sociology and History of Education.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo, atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da UFSC. E-mail: larissazancan@yahoo.com.br.

² Licenciado e mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), sendo, atualmente, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da UFSC. E-mail: claytonbfillho@gmail.com

Introdução

Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que essa ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura ou a ciência. (BOURDIEU, 2004)

Reconhecida como uma das mais importantes instituições de ensino superior do país³, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui quase seis décadas de histórias, desde sua concepção na década de 1950 e consequente fundação, por meio da lei nº 3.849 de 1960, passando pelas discussões dos projetos de construção de seu campus, pelos conturbados anos da Ditadura Militar, em que serviu como laboratório das políticas educacionais de cooperação técnica entre os governos brasileiro e estadunidense (SILVA, 2000), e pelo período de redemocratização, estabelecendo-se, hoje, como instituição de ensino superior de referência em diversas áreas de conhecimento.

Atualmente, sua estrutura administrativo-organizativa conta com diversos centros de ensino, entre eles o Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Desportos (CDS), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro Socioeconômico (CSE) e Centro Tecnológico (CTC), aos quais estão vinculados diversos departamentos, distribuídos em cinco *campi* pelo estado, promovendo formação científica de nível superior.

³Conforme o Ranking Universitário Folha (RUF) de 2019, a Universidade Federal de Santa Catarina se encontra entre as sete melhores instituições de ensino superior de nosso país, ocupando também a oitava posição em nível de pesquisa, ensino e internacionalização. Mais informações estão disponíveis em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/lista-universidades-instituicoes/universidade-federal-de-santa-catarina-585.shtml>

Todavia, é importante ressaltar que muitos desses centros de ensino, antes de comporem a estrutura mais recente da UFSC, funcionavam como faculdades isoladas, como no caso da Faculdade de Direito (1932), Faculdade de Ciências Econômicas (1943), Faculdade de Odontologia (1946), Faculdade de Farmácia e Bioquímica (1946), Faculdade de Filosofia (1952), Faculdade de Medicina (1957) e da Faculdade de Serviço Social (1958). Outros centros, como é o caso, do CTC, que surgiu como Escola de Engenharia Industrial (EEI) em 1962, somente foram possíveis de serem criados após a fundação da USC em 1960⁴.

Na época da criação da Faculdade de Direito, em 1932, já se mencionava o interesse em criar uma universidade em Santa Catarina, haja vista o movimento mais amplo que ocorria em todo o país, mais especificamente a partir de 1934, decorrente da criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Porto Alegre (UPA) – as quais surgem da agremiação de outras instituições de ensino superior em suas respectivas cidades – mas também, da consolidação da Universidade do Brasil (UB)⁵. Entretanto, foi apenas com a onda de federalização das faculdades e institutos isolados, assim como com a criação de universidades públicas na década de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, que o sonho de uma universidade federal em Santa Catarina tornou-se realidade, conforme pontuado pelo seu primeiro reitor, João David Ferreira Lima, em seu livro de memórias sobre a criação da UFSC (LIMA, 2000).

Entretanto, mesmo que o “discurso oficial” acerca das origens da UFSC expresse a ideia de que existiram atores visionários, com projetos de universidade partilhados entre todos os envolvidos, concordamos com Rodrigues (2010) e Dalcastagne (2010), que, desde o início, os projetos para a Universidade de Santa Catarina evidenciam disputas entre interesses de diferentes membros das elites locais.

⁴ Apesar de nascer como universidade federal, a Universidade de Santa Catarina (USC) só passou a ser chamada de Universidade Federal de Santa Catarina com a promulgação da Lei 4.759 de 1965, a qual padronizou a nomenclatura de todas as universidades federais. Com relação a Escola de Engenharia Industrial da USC, após a instauração da Reforma Universitária pela Lei Nº 5.540 de 1968, que reorganizou a estrutura do Ensino Superior baseado na experiência das universidades estadunidenses, a Escola de Engenharia Industrial, assim como as demais unidades de ensino que compunham a USC, foi extinta, convertendo-se no atual Centro Tecnológico, composto por unidades menores, os departamentos, dentre outras alterações na organização deste nível de ensino.

⁵ Assim como o ocorreu com as instituições de ensino superior citadas, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) instituiu-se com o Decreto 14.343 de 1920, o qual agremiou outras instituições. Durante o Estado Novo, passou a chamar-se Universidade do Brasil e a partir da Lei 4.759 de 1965, durante a Ditadura Militar, recebeu a denominação atual.

De acordo com Nogueira (1990) e Silva (1990), na primeira metade do século XX, havia a percepção generalizada de que a escolarização contribuiria com a formação de uma sociedade justa e moderna, mediante ampliação do acesso da população aos bancos escolares e da adoção de critérios meritocráticos no interior das instituições de ensino. Contudo, nos anos de 1960, a partir da divulgação dos resultados de amplas pesquisas quantitativas em diferentes países⁶, tal concepção de escola foi problematizada, já que ficou evidente que fatores extra escolares, ligados, sobretudo, à origem social dos estudantes, tinham direta relação com os destinos escolares. É nesse ínterim que Bourdieu desenvolveu suas ideias e estabeleceu um novo quadro teórico para a Sociologia da Educação, no qual a escola passou a ser reconhecida como instituição reprodutora das desigualdades sociais, atuando de forma a manter e legitimar privilégios sociais em detrimento do caráter transformador que fora projetado, de contrariedade à manutenção de privilégios aristocráticos de outrora.

Partindo da perspectiva bourdieusiana, identificamos, neste artigo, ações promovidas por agentes que ocupavam, historicamente, posições dominantes e que, ao dominarem as regras que eram por eles próprios produzidas, proporcionaram a reprodução de suas posições no espaço social. Em meio a um panorama mais amplo de mudança, que visava modernização e industrialização, tanto nacional quanto regional, ensejado desde a crise da Primeira República, as elites locais somaram seus esforços para a formação do Instituto Politécnico de Florianópolis. Todavia, a instituição, ao ofertar cursos como Agrimensura e Engenheiro Geógrafo, Farmácia, Odontologia e Comércio, atendia demandas interioranas e não, de sobremaneira, as das elites da capital. A instituição acabou por fechar suas portas em 1935, mas abriu espaço para a formação de cursos superiores, via faculdades isoladas, que começaram a proliferar na cidade. Em 1956, iniciaram-se os trabalhos para fundação da Universidade de Santa Catarina (USC), que sob diferentes projetos, contribuiu para o estabelecimento do campo científico no estado, que, hoje, encontra-se estruturado. São estes aspectos que procuraremos detalhar e analisar neste artigo.

Em relação às obras de Pierre Bourdieu que utilizamos como referência, apoiamo-nos nos livros *Questões de Sociologia* (1983), *O poder simbólico* (1989), *Os usos sociais da ciência: por uma*

⁶ Entre eles, a Aritmética Política, na Inglaterra, o Relatório Coleman nos EUA; os estudos do INED na França.

sociologia clínica do campo científico (2004) e *Sobre o Estado* (2017).

Antecedentes da fundação da Universidade de Santa Catarina

Com a instauração da República em 1889, adotou-se, no Brasil, o regime federativo, que determinou que a instrução pública era de responsabilidade das províncias, doravante denominadas de estados. É nesse sentido que foram desenvolvidas algumas reformas, entre elas a do estado de São Paulo, que fundou entre os anos de 1892 a 1896, os primeiros grupos escolares. Todavia, apenas com a crise dos anos 1920, no final da Primeira República, que as reformas educacionais, em nível estadual, foram retomadas e ampliadas, passando a haver a organização, de fato, de sistemas de ensino (SAVIANI, 2013).

Apesar da promoção da centralização do ensino por meio de um sistema nacional, a herança escravocrata manteve-se no ensino com características restritivas e classistas. Conforme Otaíza Romanelli, tratava-se, na verdade, da consolidação de dois sistemas de ensino que estavam em funcionamento desde o Império, oficializando distintas concepções de educação que coexistiam: “a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional)” (ROMANELLI, 1986, p. 41).

Ou seja, até o fim desse período existiam poucas instituições escolares no Brasil, as quais se concentravam, principalmente, nas capitais, tendo como público-alvo principal os filhos das elites dominantes – e emergentes. Com relação ao Ensino Superior não era diferente, como podemos perceber nas informações presentes na seguinte notícia do jornal *O Estado*:

O regime federativo pelo qual o paiz se rege dilatou para os Estados horisontes bem outros que os não circumscriptos pelas províncias do extincto Imperio. Se só considerarmos o que diz respeito à instrução, veremos que é notável o desenvolvimento d’esse importantíssimo ramo da pública administração, comparando o que se encontrou no acêrvo do Imperio com o que, hoje, se nos apresenta, no actual regimen. **Tinhamos, até 1889, seis escolas superiores officiaes: n’este anno, só em S. Paulo ou em Minas, esse número é sobrepujado. Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas e Goyaz enfileiram-se entre os Estados que mantêm cursos de especialização,** mesmo não

incluindo no numero d'estes os estabelecimentos que em alguns d'elles mantinham o Imperio (O ESTADO, 1917d, grifos nossos).

Especificamente em relação ao caso da cidade de Florianópolis, a fundação de cursos de formação em nível superior era reconhecida como necessária por variados motivos. Entre eles, o de que os filhos das elites locais tinham que realizar seus estudos fora do estado, longe dos círculos familiares mais diretos: "Na mocidade é patente a satisfação que se nota. É que ella bem comprehende as vantagens que lhe advirão, estudando aqui mesmo, junto às suas famílias." (O ESTADO, 1917a).

Em adição, embora esses cursos de formação demandassem, naquele momento, altos investimentos financeiros, sendo majoritariamente realizados por aqueles que faziam parte das famílias que compunham as elites locais, que dispunham de grandes volumes de capital econômico, o diploma era tido como importante forma de capital simbólico que contribuía para manutenção, mas também reposicionamento social. É nesse sentido que a iniciativa de fundação do Instituto Politécnico de Florianópolis foi laureada na cidade, conforme podemos verificar no extrato da notícia de um dos jornais que circulavam na cidade:

Bem avaliando as vantagens d'esses cursos para os estudantes do nosso Estado, que poderão fazei-os n'esta cidade, sem grandes despesas que oneram os que partem para outras terras, um grupo de cidadãos de boa vontade lançou, há pouco, a idéa de fundação do Instituto Polytechnico, com o desdobramento dos cursos de commercio, pharmacia e outros que as circunstâncias forem aconselhando. É, na verdade, uma iniciativa que vem ao encontro de antiga **aspiração da nossa mocidade estudiosa** e que não pode passar despercebida pela A Tarde, parte componente da imprensa que acompanha, com o devido interesse, a **marcha das aspirações decorrentes do desenvolvimento do próprio Estado.** Terminados os seus preparatorios para a matrícula aos cursos superiores, bem verdade é que se encontram muitos, se não a mor parte, dos **jovens patricios aparelhados para frequentarem cursos superiores, na difícil situação de encontrar intransponível embaraço, que nada mais é do que a carencia de recursos para atender às vultuosas despesas para a aquisição de um diploma nas Faculdades de lá de fora.** Si considerarmos que os fundadores do Instituto Polytechnico obstáculos que se propõem à organização d'esses mesmos cursos pelos programmas officiaes, de modo a serem os alunos portadores de diplomas que serão reconhecidos pelos governos estadual e federal, bem é de ver que somente vantagens alcançarão os que, confiantes na dedicação do corpo docente do novo estabelecimento, ali se interessem. [...] **Cresce, dia a dia, o numero**

dos candidatos à inscrição nos diversos cursos (O ESTADO, 1917d, grifos nossos).

Outro motivo para a fundação de instituições de Ensino Superior no estado era o de que uma instituição desse ímpeto poderia ser motriz para desenvolvimento produtivo, não só da capital, mas do território catarinense como um todo. Isso já no contexto de busca por modernização da Primeira República, mas também diante da possibilidade de que muitos que buscavam formação superior em outros estados poderiam não retornar. Ou seja:

A fundação do Instituto Polytechnico, é evidente, **vem satisfazer uma velha e justa aspiração catharinense, razão por que a Imprensa de todo o Estado a ele se tem referido aplaudindo-a com enthsiasmos e louvando, da maneira a mais honrosa possível, o nobre e patriótico gesto dos que, em boa hora, se puzeram à frente dessa linda ideia [...]** Só o pensar-se nas dificuldades surgidas para um moço, que deseja cursar uma Faculdade fóra do Estado, leva nos a augurar a essa relevante empresa os nossos mais fortes votos para tornar quanto antes uma realidade (O ESTADO, 1917b).

Segundo informações disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), no dia 14 de fevereiro de 1917, os primeiros passos para a formação da primeira instituição de Ensino Superior do estado foram dados. Mediante realização de uma reunião que contou com a presença de agentes com as mais variadas diplomações, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos e médicos, além de engenheiros, bacharéis em direito, um oficial da Marinha e um guarda-livros, fundou-se o Instituto Politécnico de Florianópolis. Nesse encontro, decidiu-se pela formação de comissões para elaboração dos planos dos cursos que formariam a instituição (Agrimensura, Farmácia, Odontologia e Comércio e Pilotagem). Dentre os fundadores destacaram-se os médicos Joaquim David Ferreira Lima, Carlos Corrêa, Jonas Miranda, Ervino Presser, Felipe Machado Pereira, Agripino de Mello, Francisco de Mattos; os farmacêuticos Paulino Horn, Antônio Mâncio da Costa, Henrique Brüggmann, Francisco Pereira de Oliveira Filho, Diógenes de Oliveira, Christiano Vasconcellos; os cirurgiões-dentistas Achylles Wedekin dos Santos, José Baptista da Rosa, Álvaro Ramos; além dos bacharéis em direito Nereu Ramos, Marinho Lobo, Henrique Rupp Júnior, Ivo D' Aquino Fonseca, Cid Campos, Antônio Vicente Bulcão Vianna, José Arthur Boiteux e do Capitão-tenente Lucas Boiteux.

Os envolvidos na fundação do Instituto Politécnico eram membros da elite catarinense presente na capital e compunham

intelectualidade local. Estes sujeitos gozavam de grande prestígio, sendo socialmente reconhecidos, até mesmo, como agentes dotados de grande nobreza de caráter e superioridade intelectual, características essas que são explicitadas no extrato da notícia disposto a seguir:

[...] todos elles **homens dintinctos, não só pela nobreza de carcater como tambem pela superioridade intellectual, contando, além do mais com o valioso apoio do exmo. sr. coronel Felipe Schmidt, governador do Estado, e de todos aqueles que ocupam, com justiça, lograr de destaque em nosso meio social, são elles capazes de dotar nosso Estado com um estabelecimento modelar e perfeito que, desde o começo, se imponha à confiança e sympathia pública.** As pedrinhas que os maldizentes habituaes, despeitados de sempre, costumam espalhar, a mãos cheias, pelo caminho de tde acção, de tocarem onde lhes leva uma velha aspiração popular. [...] Accionada pela **iniciativa emprehendedora de José Boiteux e auxiliada por um grupo de intellectuais de Florianópolis,** levanta-se, sympathica e disposta a vencer, a ideia da fundação do Instituto Superior em nosso Estado, com diversos cursos de especialização. Compreendendo o ensino de diversas disciplinas pharmacia, odontologia, commercio, pilotagem, etc. o Instituto projectado vem **prehencher uma lacuna sentida ha muito tempo em nosso Estado.** Lançada a ideia, com elementos eficazes para vencer o misoneirismo do meio, pretendem-se seus collaboradores tornal-a dentro em breve uma realidade effectiva. No dia 13 do corrente, na séde do Centro Civico Literario, realisou-se uma sessão, presidida pelo illustre engenheiro dr. Augusto Fausto Souza, para fazer as deliberações preliminares, a respeito da fundação desse Instituto Superior. **Adherindo a esse projecto, veem-se os nomes mais respeitados de nossa intellectualidade.** E, diante da optima sensação que em toda parte tem causado esse emprehendimento, digno dos maiores encomios, é de crêr que tenhamos em nosso Estado, dentro de breve tempo, **um instituto universitario, aparelhado perfeitamente para a educação e cultivo de nossa mocidade. A propaganda desse estabelecimento fundado no mais louvável intuito, deve ser feita por todos os catharinenses** (O ESTADO, 1917b, grifos nossos)

O Instituto Politécnico seria, portanto, uma instituição que visava educar e cultivar a juventude. Estabeleceu-se aí o início do processo de formação daquilo que denominamos como campo científico catarinense. Conforme aponta Bourdieu, “os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Sendo relativamente autônomo, um campo não se orienta totalmente ao acaso” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Criado por Bourdieu, o conceito de *campo* é uma metáfora utilizada para fazer referência aos espaços sociais

de poder, que apresentam regras internas específicas de produção, reprodução e classificação de capitais simbólicos:

Existe um universo intermediário que chamo de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. (BOURDIEU, 2004, p. 20).

A ideia geral por trás do conceito de *campo* é a de que à medida que as sociedades se tornam mais complexas, e com divisão de trabalho cada vez mais estratificada, certos domínios de atividades se tornam relativamente autônomos e, no interior desses campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam a lutar pelo controle de produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens simbólicos produzidos (BOURDIEU, 1989)⁷.

Diante da eficácia ferramental de seus constructos teóricos, utilizados para as mais variadas análises de fenômenos sociais, há expressiva disseminação do olhar bourdieusiano na pesquisa em ciências humanas e sociais, ocorrendo, inclusive, abusos acerca do que fora proposto no escopo conceitual original do autor. Lahire (2002) fez um importante trabalho de identificação, na obra de Bourdieu, dos elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição do campo trazidos pelo autor e concluiu que:

[...] a teoria dos campos constitui uma maneira de responder a uma série de problemas científicos mas, por sua vez, pode constituir um obstáculo ao conhecimento do mundo social (sobretudo quando o campo se torna o alfa e o ômega de toda contextualização das práticas), primeiro pelo fato de ela não levar em conta as incessantes passagens, operadas pelos agentes que pertencem a um campo, entre o campo no qual eles são produtores, os campos nos quais são simples consumidores-espectadores e as múltiplas situações que não podem ser referidas a um campo, pois isso reduz o ator a seu ser-como-membro-de-um-campo. Também pelo fato de ela não fazer caso da situação daqueles que se definem socialmente (e se

⁷ Entendemos que diante das características e finalidades de determinado campo, as classes e frações de classe são demarcadas por diferentes volumes e estruturas de capitais. É também no interior dos campos que situa-se o *habitus* – ou seja, as disposições socialmente incorporadas pelos atores dos campos – tendo cada campo privilegiado seu *habitus* específico. Embora tais conceitos sejam relacionais, diante da limitação de espaço que temos para elaboração deste artigo, apenas o conceito de campo será abordado com mais profundidade.

constituem mentalmente) fora de toda atividade num campo determinado (o que continua sendo o caso de muitas donas de casa, sem atividade profissional nem pública). Finalmente, pelo fato de ela nos deixar particularmente sem recursos para compreender os fora-de-campo, os subalternos. Por todas essas razões, a teoria dos campos (por sinal, seria preciso sempre falar em teoria dos campos do poder) não pode constituir uma teoria geral e universal, mas representa (o que já é uma boa coisa) uma teoria regional do mundo social (LAHIRE, 2002, p. 51).

Levando em consideração os apontamentos realizados por Lahire, defendemos, neste artigo, a ideia de que a formação do campo científico catarinense iniciou com a fundação do Instituto Politécnico, uma vez que, desse momento em diante, houve a estruturação de um espaço, antes difuso, de disputas, entre diferentes agentes sociais que formavam as elites locais, articuladas a uma cumplicidade objetiva compartilhada em prol da formação científica em nível superior da juventude catarinense. Ressaltamos, ainda, que esse tipo de demanda formativa ganhou força de implementação naquele momento, pois, de acordo com Fausto (2006), com o término da Primeira Guerra Mundial, a atividade industrial brasileira ganhou maior complexidade e buscava-se autonomia na produção de bens de consumo não duráveis. Também, após a Revolução de 1930, que promoveu a união de uma parcela considerável das forças armadas, das classes médias urbanas e da massa operária para dissolução do pacto oligárquico paulista-mineiro, característico da Primeira República, a questão central em pauta era a inserção das antigas províncias na economia capitalista internacional.

Mas, para que o Instituto Politécnico deixasse de ser um projeto e saísse do papel, várias articulações foram realizadas. Entre elas, aquelas com membros da arena política catarinense, como, por exemplo, com o então governador do estado, Felipe Schmidt (1914-1918). É aqui que trazemos algumas contribuições de Bourdieu acerca da natureza do Estado, que, para o autor (BOURDIEU, 2017), detém o monopólio sobre a violência física e simbólica. Especificamente em relação à última, o Estado exerce e produz princípios de representação que são reconhecidos como legítimos pela sociedade. Com a crise dos regimes absolutistas e surgimento dos Estados republicanos, o direito de sangue, basal em sociedades monárquicas, foi substituído pela competência cultural e escolar dos agentes. E, com isso, os agentes do Estado, reconhecidos como aqueles que protegem e atuam em prol do bem público, passaram a operar por meio de processos

burocráticos em meio a cenário de disputas, em um mesmo ou em diferentes campos, entre aquilo que é considerado como universal, ligado ao bem público, mas também o que deve atender ao interesse particular de certos agentes sociais. A busca pelo monopólio particular, no caso aqui estudado, das elites naquilo que seria da ordem universal, a educação em nível superior nos primórdios do campo científico catarinense, são evidentes diante das informações até aqui trazidas.

Após intensos trabalhos, as aulas do Instituto Politécnico de Florianópolis foram iniciadas em 10 de abril de 1917. Nesse mesmo mês, a instituição foi transferida para um prédio cedido pelo governo do Estado na antiga Rua João Pinto – hoje, convertida em calçada. A partir do decreto federal nº 4.763 de 13/12/1923, a instituição foi reconhecida como de utilidade pública, tendo sido liberado, naquele ano, financiamento para a construção de sua sede própria. Além desses recursos, foram feitas doações de materiais para a obra por parte dos industriais e comerciantes do interior do Estado, o que ilustra o interesse desses agentes nas atividades de formação promovidas pela instituição da capital.

Entre 1924 e 1925, o Instituto Politécnico foi, então, instalado, em um prédio ainda em obras, onde permaneceu até sua extinção em 1935. Porém, mesmo que de forma mais frágil, de início, estabeleceu-se certa lógica interna própria ao campo. Isso pode ser identificado a partir da existência de, por exemplo, “itinerários formativos” que eram previstos para a formação da juventude da cidade. Os estudantes do Ginásio Catarinense e da Escola Normal eram o público-alvo dos cursos. Esses estudantes eram isentos de taxas de inscrição, tendo vagas de trabalho já previstas para serem ocupadas, conforme indicado na notícia abaixo:

Ainda bem que a nossa **mocidade vae comprehendendo as vantagens que lhe advirão, frequentando qualquer d’esses cursos. Sabemos de diversas das mais importantes casas commerciaes desta praça que estão resolvidas, logo que se abra o curso de commercio a exigir para o preenchimento de vagas, empregados que se apresentem com o conhecimento de materiaes que até agora dispensavam attendendo a que, até agora, ainda se não havia organizado um cusco como o que vae abrir o Instituto Polytechnico.** Ao numero das pessoas que têm apresentado pessoalmente aos fundadores do Instituto Polytechnico felicitações por motivo do proximo funccionamento dos cursos de especializacao, podemos hoje accrescentar a do illustrado director do Gymnasio Santa Catharina. **Considerando-se que, terminado o curso gymnasial n’esse estabelecimento, muitos alumnos d’ali sahirão para, com o respectivo**

certificado, matricular-se em qualquer dos cursos de especialização, podendo, por consequência, proseguir nos seus estudos superiores, sem se retirar de junto de suas famílias, com manifesta economia – é bem de vêr que as palavras de animação do rev. padre dr. Luiz Zuber têm um grande valor para os que, no interesse da mocidade estudiosa, se propuzeram a uma obra, ardua embora mas que, estamos certos, será bem compreendida por quantos se interessam pelo desenvolvimento intelectual do nosso Estado. (O ESTADO, 1917c, grifos nossos)

Cabe salientar, conforme apontado por Dallabrida (2001), que o Ginásio Catarinense foi importante para introduzir, de forma permanente e sistemática, a cultura escolar burguesa no ensino secundário catarinense, tendo influenciado práticas educativas de outros estabelecimentos de ensino na primeira metade do século XX. O autor coloca que a própria fundação do Ginásio, em 1905, pode ser compreendida como sendo uma iniciativa das elites vitoriosas da Revolução Federalista que almejavam estabelecer um colégio regular e permanente na capital, o que superaria as condições de intermitência do ensino do período imperial e a baixa qualidade da educação proporcionada pelo único ginásio público e gratuito existente naquela época, fundado no início do período republicano.

Contudo, apesar do grande alarde acerca da fundação do Instituto Politécnico, de acordo com Vieira (1979), os cursos ofertados na instituição acabaram por não ter a receptividade esperada junto à comunidade local. Tendo em vista que a instituição não atendia a demanda das elites locais, já que não ofertava os tradicionais cursos superiores como Advocacia, Medicina e Engenharia Civil, as vagas dos cursos da instituição acabaram por ser preenchidas por estudantes que provinham do interior, que, de maneira geral, retornavam às suas cidades de origem após conclusão de seus estudos. Ainda, é relevante destacar, que muitos estudantes não concluíram suas especializações, já que encontraram melhores possibilidades profissionais e de condições financeiras na região, em comparação com o interior, mesmo na posição de técnicos de nível médio ou professores normalistas.

Ainda de acordo com Vieira (1979), os egressos do Ginásio Catarinense procuravam por profissões que possibilitassem a manutenção de seu *status*, de seu posicionamento social de prestígio, o que não era proporcionado por cursos como Agrimensura e Engenheiro Geógrafo, Farmácia, Odontologia e

Comércio, que forçavam seus profissionais a se fixar no interior. Os dois primeiros cursos formavam profissionais para construção de estradas de rodagem que interligariam o estado⁸, os cursos de Farmácia e Odontologia acabaram por servir para a qualificação dos “práticos” do interior, que buscavam, na maioria das vezes, a legalização de sua situação profissional, e por causa da baixa remuneração proporcionada e pela não observância das leis de regulamentação que eram vigentes à época, o curso de formação de guarda-livros acabou por não ter procura.

Ao longo do tempo, ocorreram tentativas para a diversificação dos cursos ofertados pelo Instituto Politécnico. Cursos como Obstetrícia e Pilotagem tentaram ser desenvolvidos no momento de fundação da instituição, e, em 1921, houve tentativa para estabelecimento do curso de Direito, assim como de cursos de Agronomia e Eletrotécnica em 1926. Mas, de acordo com Vieira (1979), devido à falta de corpo docente melhor estruturado, pois os professores não recebiam remuneração compatível e, destarte, motivadora para a ocupação de cargos da instituição, as investidas não foram concretizadas.

Na realidade, o Instituto Politécnico contava com a participação efetiva de poucos membros e, por esse motivo, mas também pela não adaptação dos cursos à reforma educacional de 1931, promovida em nível nacional, e pela falta de recursos financeiros, a instituição fechou suas portas em 1935. Nesse sentido, podemos observar que, em seus primórdios, o campo científico catarinense não apresentava grande grau de autonomia, já que apresentava pouco poder de refração (BOURDIEU, 2004), pois fatores externos, tais como a conjuntura política mais ampla, mas também local, exerciam grandes pressões e influências.

Como legado imediato e principal, o Instituto contribuiu com a criação da Faculdade de Direito, em 1932, e abriu caminho para a organização, de forma mais estruturada, robusta e permanente, do campo científico de Santa Catarina. Foram a partir dos resquícios deixados pelo Instituto Politécnico, principalmente das redes de sociabilidade estabelecidas, que diversos cursos superiores que

⁸ De acordo com Santos (1999), a integração das diversas regiões de Santa Catarina foi promovida através da construção das ligações viárias entre Itajaí a Curitiba, Florianópolis a Lages, e Tubarão a São Joaquim nas gestões do governador Felipe Schmidt (1898 a 1902 e de 1914 a 1918). Formado como engenheiro militar pela Escola Militar da Praia Vermelha (atual Instituto Militar do Exército, IME), Felipe Schmid teve participação na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Estrada de União da Vitória-Palmas, além de outras obras de infraestrutura em outros estados. Para saber mais: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1170-Felipe_Schmidt. Acesso em: 29/09/2020.

Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense

começaram a proliferar, via faculdades isoladas, na capital, o que culminou, em 1956, com o início dos trabalhos para fundação da Universidade de Santa Catarina.

Dois projetos para a Universidade de Santa Catarina (USC)

Em 11 de fevereiro de 1932, houve a criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Essa foi a mais antiga faculdade que, junto com outras, em 1960, constituíram a Universidade de Santa Catarina. A faculdade formou juristas, juízes, promotores, advogados e atores políticos de grande influência na história de Florianópolis e do estado, tendo como membro do corpo docente o futuro reitor da USC, o professor João David Ferreira Lima. Entre os fundadores da Faculdade de Direito, podemos destacar José Boiteux, que além da participação na fundação da Faculdade de Direito, havia contribuído com a fundação do Instituto Politécnico, junto com outros atores envolvidos, como o médico e pai do futuro reitor da USC, Joaquim David Ferreira Lima, e Henrique Rupp Junior:

Ficou hontem constituída a seguinte directoria do Instituto Polytechnico:

Diretor, Doutor Augusto Fausto de Souza
Vice diretor, dr. **Joaquim David Ferreira Lima**
Secretario, dr. **José Arthur Boiteux**
Thesoureiro, dr. **Henrique Rupp Junior**
(O ESTADO, 1917b, grifos nossos)

Especificamente sobre a fundação da Faculdade de Direito, encontramos, na seguinte notícia do jornal *O Estado*, o registro da presença de Henrique Silva Fontes, que vinte anos mais tarde iria fundar a Faculdade de Filosofia:

Para fim de ser fundada, nesta capital, uma Faculdade de Direito, reuniram-se, ontem, no salão nobre do Instituto Polytechnico, os srs. desembargadores Salvio Gonzaga, Heraclito Ribeiro, Americo Nunes, Urbano Salles, **José Boiteux**, e drs. Adalberto Ramos, **Henrique Fontes**, Alfredo de Trompowsky, Edmundo Moreira, Othon d'Eça, Zulmiro Soncini. Heito Salomé Pereira Affonso Wanderley Junior e Nery Kurtz. **Aclamado presidente da reunião o sr. desembargador José Boiteux**, que convidou para secretários os srs. dr. Edmundo Moreira e Heitor Salomé Pereira, foram tomadas as seguintes deliberações: a fundação, por unanimidade dos presentes, de um curso jurídico autonomo, sob denominação de Faculdade de Direito de Santa Catharina; **a organização desse curso colocada no decreto federal que organizou o curso jurídico da Universidade do Rio de Janeiro**; a

constituição do corpo docente dos diversos anos lectivos, de modo a organizar-se a congregação da Faculdade de Direito (O ESTADO, 1932, grifos nossos).

Resgatando o panorama mais amplo da época, a Faculdade de Direito foi criada em um período conturbado da história brasileira, durante a ascensão de Getúlio Vargas, pouco antes da instauração da ditadura do Estado Novo (BACKES, 2010). À frente do governo do estado de Santa Catarina estava o engenheiro militar Ptolomeu de Assis Brasil, que exercia a interventoria federal no estado no período (1930–1932). Assis Brasil assumiu o governo depois da Junta Governativa, que passou a administrar o estado com a Revolução de 1930. Naquele momento, Florianópolis era considerada uma cidade provinciana para uma capital, e passava por um período de pouco desenvolvimento econômico, se comparada com regiões do estado que experimentavam uma ascensão econômica devido à expansão ferroviária na região do Planalto de Lages, de onde veio a família Ramos, e do desenvolvimento das zonas portuárias de Joinville e Itajaí, de onde pertenciam as famílias Konder e Bornhausen. Com isso, economicamente, Santa Catarina passou por uma metamorfose: de economia agrária, extrativista e mercantil, passou para o capital mecânico-industrial, agroindustrial e exportador.

No que tange a política estadual durante o período entre-ditaduras, o Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN) revezavam a administração estadual em Santa Catarina – com exceção da gestão de Jorge Lacerda (1956–1958), que era membro do Partido de Representação Popular (PRP), mas que tinha como vice-governador Irineu Bornhausen (1958–1961) pela UDN – e determinaram não só os debates, como os rumos para a criação da universidade.

No executivo federal, a administração Juscelino Kubitschek (1956–1961) foi de grandes investimentos no país, mediante internacionalização da economia, tendo a maior parte dos recursos sido destinada para o sudeste do Brasil. Com o maior direcionamento dos investimentos para aquela região, o governo catarinense, juntamente com o empresariado local, concluiu que o processo de desenvolvimento econômico não poderia ficar somente a cargo do Governo Federal. Frente a isso, o governo estadual passou, então, tomar as rédeas do processo de promoção de crescimento econômico.

Sobre a fundação de uma universidade nesse território, tudo indica que o professor Henrique da Silva Fontes, na época diretor da Faculdade de Filosofia e antes pertencente ao quadro funcional da Faculdade de Direito, era a favor da fundação de uma universidade estadual, aos moldes da Universidade de São Paulo (USP), orientado pelo desenvolvimento do sudeste. Do outro lado, havia o professor João David Ferreira Lima, então diretor da Faculdade de Direito, que defendia a formação de uma universidade federal, pois alegava que o estado catarinense não teria condições de manter um empreendimento de tão alto custo. Apesar dos embates acerca do projeto de universidade fundador da USC, um elemento importante a respeito da discussão realizada neste artigo é o do evidente anseio das elites locais para participação no processo, conforme podemos perceber no extrato de notícia disposto a seguir:

A qualquer momento se espera a sanção presidencial federalizando as demais escolas de nível superior do Estado, vinculando-as em um conjunto que será a Universidade de Santa Catarina. **Esta provável alteração na vida cultural do Estado poderá ser apenas uma mudança de rótulos, ou então, uma verdadeira revolução no específico setor de atividades humanas, criando uma nova condição estrutural para o ensino Superior [...]** Se o desenvolvimento cultural, mediante ampliação de escolas superiores e melhoramento das existentes, sob patrocínio do governo federal, é de tamanha importância, aceita por todos, e se esse desenvolvimento é tradicional aspiração, sentida necessidade social, não se explica a existência de cortina em torno do fato. **A pergunta que fazemos é simples? Para quem será a Universidade de Santa Catarina? Se a resposta é: "Para Santa Catarina" admitiremos que Santa Catarina precisa saber mais alguma coisa a respeito** (O ESTADO, 1960a, grifos nossos).

A universidade era apontada como potencial promotora de alteração na vida cultural ilhéu, logo nas práticas dos círculos intelectuais que até aquele momento estavam constituídas. Nesse sentido, indicava-se a necessidade de uma discussão profunda acerca de seus rumos da instituição, para além da necessidade de realização de um ato oficial de fundação:

Universidade é de interesse coletivo. E requer mobilização de energias intelectuais, **focalizadas em equipes de especialistas que possam apontar soluções que se equacionem com as exigências de um complexo organismo que é o Estado de Santa Catarina. Projetar e criar uma universidade são fatos distintos de se imprimir rumos de "desenvolvimento" de uma universidade.** Aí é que os problemas

realmente serão exorbitantes. Passar um projeto-lei é apenas preâmbulo de uma questão extremamente delicada. **Para que a "universidade" criada mediante aprovação de um projeto seja uma "universidade", em seu sentido sócio-cultural, em sua função renovadora, e logo, transformadora de condições pré-existentes, será preciso muita soma de trabalho previsionista, de coordenação, de análises meticolosas, de auscultação das necessidades de vários tipos** (O ESTADO, 1960b, grifos nossos).

Ao final, a proposta de uma universidade federal, do professor João David Ferreira Lima, acabou saindo vitoriosa. De acordo com depoimentos presente em Backes (2010), podemos identificar aspectos ligados à acumulação de capital social dos agentes envolvidos no processo, mediante a influência da política partidária nas decisões sobre o modelo de universidade deveria ser criado. Além de estar próximo dos Ramos, e ser filiado ao PSD, o professor João David Ferreira Lima também tinha um importante contato no Distrito Federal: o senador Nereu Ramos, que desempenhou papel significativo na articulação, junto ao presidente Juscelino Kubitschek – também do PSD – para aprovação da fundação da Universidade de Santa Catarina.

Contudo, os debates acerca da criação da USC não foram encerrados naquele momento: manteve-se em aberto a questão da localização do espaço físico que seria ocupado pela universidade. O professor Ferreira Lima, que teve, outrora, seu projeto de universidade vitorioso, posicionava-se a favor de manter a universidade na área do centro da capital, pois, segundo ele, ali já estavam instalados os prédios históricos das faculdades, o que foi justificado a partir do Plano Diretor de Florianópolis de 1952, o qual deveria ser acompanhado, alegando que a cidade se expandia em direção ao continente, prevendo também a expansão do porto.

É relevante destacar que o professor Henrique Silva Fontes idealizara uma cidade universitária à exemplo do existente na USP, sendo, portanto, da opinião de que a USC precisaria de grande área espacial e, por isso, o espaço ideal para sua construção deveria ser o do subdistrito da Trindade – atual câmpus Trindade, que, na época, era uma área rural – onde, em 1961, já estava localizada a Faculdade de Filosofia e contava com um terreno comprado dois anos após pelo, então, governador e seu aliado político, Irineu Bornhausen (SANTA CATARINA, 1954). O debate sobre a localização prolongou-se por anos, estendendo-se até mesmo após a criação da USC, em 1960. Com argumentos a favor e contra

Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense

a instalação da USC na Trindade, o debate encerrou-se em 28 de novembro de 1962, quando Conselho Universitário votou a favor da instalação da USC no subdistrito da Trindade:

Figura 1 – Aprovação da construção do Campus no sub-distrito Trindade



Fonte: O Estado (28 de novembro de 1962)

Como já afirmamos, no subdistrito já funcionava a Faculdade de Filosofia – agora Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) – assim como a biblioteca da USC, o Colégio de Aplicação, além do canteiro de obras que viria compor o pavilhão da engenharia mecânica. Cabe salientar que, esse último curso sequer existia ou esteve presente nos projetos sobre a criação da USC – que na verdade, acabou gerando um debate próprio, mas foi o catalisador para criação da USC – mas, conforme pontuado por Ferreira Lima (2000), acabou sendo inserido junto ao pedido de criação da universidade federal, pois, de acordo com o Estatuto das Universidades: “congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras” (BRASIL, 1931).

Desta forma, quando da concepção da USC, três dos quatro requisitos necessários para compor uma universidade já estavam presentes: a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, e a Faculdade de Filosofia – que, desde 1955 ofertava os cursos superiores de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas. A USC, assim, tinha as seguintes unidades de ensino/carreiras: Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia (Geografia e História, Letras), Ciências Econômicas, Serviço Social, e Engenharia Industrial com a modalidade de mecânica. Foram a partir dessas unidades que

processos posteriores foram iniciados: após a instauração da Reforma Universitária de 1968, durante a Ditadura Militar, formaram-se os atuais centros de ensino e departamentos. A pós-graduação da instituição emergiu ao longo das décadas de 1960-1980, a partir da criação do curso de mestrado em Engenharia Mecânica em 1969, o que inseriu a UFSC no universo das pesquisas científicas.

Considerações finais

A guisa de fechamento deste texto, assumimos que o *campo* é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, que é, ao mesmo tempo, relacionado ao macrocosmo social: "o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve" (BOURDIEU, 2004, p. 21). No caso do campo científico catarinense evidenciamos, a partir das notícias de jornal trazidas, que, semelhante ao que ocorreu em outras regiões do país, este começou a ser estruturado pelas elites locais, para atendimento de demandas formativas particulares. Sendo que:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, sua tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos "de onde ele fala" (BOURDIEU, 2004,p. 24).

Com o tempo, o campo científico catarinense foi ganhando autonomia, mas chama atenção que o capital social foi um importante elemento para a constituição desse campo e que sua formação foi fortemente condicionada pelo reconhecimento, por parte das elites locais, da necessidade do estabelecimento de formação em nível superior para o desenvolvimento do estado. Isso asseguraria, por extensão, a reprodução da posição desses grupos no espaço social diante de um cenário marcado por condicionantes locais, mas também nacionais ligados à modernização e industrialização do país.

À época, fundou-se o Instituto Politécnico, mas esse acabou por não atender ao público-alvo original previsto pelas elites ilhéus. Tal

fato fez com que, após o fechamento da instituição, ocorresse a fundação das “faculdades tradicionais”, como, por exemplo, Direito, Filosofia, Medicina, de forma isolada, as quais, mais tarde formariam a USC. Aliado a isso, é importante destacar que as disputas em torno dos projetos para a USC, entre os quais Ferreira Lima e Silva Fontes exerceram papel central, talvez tenham relação com as estratégias das elites do estado de Santa Catarina de se posicionar nas disputas dos Estados nacionais.

Por fim, localizamos este artigo como sendo um primeiro esforço para discussão da gênese do campo científico catarinense a partir da lente bourdieusiana. Entendemos isso como relevante, não apenas pela baixa incidência, em nosso país, de trabalhos que discutem a história das instituições escolares em nível superior sob a ótica que utilizamos, mas, por assumir que, a partir de estudos como este, poderemos elucidar, com maior profundidade, as disputas que antecedem a oficialização de instituições, sendo possível desnaturalizar processos ligados à reprodução social via consagração por diplomas.

Fontes

BRASIL. **Decreto n. 19.850 de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. **Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto da Universidade Brasileira.

BRASIL. **Decreto n. 19.852 de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

FACULDADE de direito. **O Estado**, Florianópolis, n. 5510, 12 fevereiro 1932. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1932/EST19325518.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

INSTITUTO Polytechnico: Cursos de especialização. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 532, 15 fevereiro 1917a. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917532.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

INSTITUTO Polytechnico: Uma iniciativa que merece o apoio público. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 554, 14 maio 1917d. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917554.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

INSTITUTO Polytechnico. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 539, 24 fevereiro 1917b. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917539.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense

INSTITUTO Polytechnico. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 545, 3 março 1917c. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917545.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO. **O Estado**, Florianópolis, n. 14071, 22 dezembro 1960b. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1960/EST196014071.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

SANTA CATARINA. **Lei 1.170 de 23 de novembro de 1954**. Determina providências para localizar a futura Universidade de Santa Catarina.

Referências

BACKES, G. de. S. O Curso de Direito e o Centro de Ciências. Jurídicas: histórias e percepções. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetória e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

BALTHAZAR, C. S. ; (BOURDIEU, 2017) E. G.. Muitas Ilhas, um só jornal ? regionalização e centralização da mídia impressa catarinense. In: **XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Intercom**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2010.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989–92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BUDDE, L. **Jornadas impressas: o Estado e Florianópolis – 1985 a 2009**. 2013. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DALCASTAGNE, M..Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetória e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

DALLABRIDA, N. **Virtus et Scientia: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites catarinenses na Primeira República**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Instituto Politécnico de Florianópolis. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832–1930). Capturado em 29.set.2020. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/instpolytflo.htm>.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**, ano 23, n. 78, p. 37–55, abr. 2002.

LIMA, J. D.F.. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis:UFSC, 2. ed., 2000.

MATTA, M. M. S. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

NOGUEIRA, M. A. A Sociologia da Educação do Final dos Anos 60/início dos Anos 70: o Nascimento do Paradigma da Reprodução. **Em Aberto**, a. 9, n. 46, 1990.

RODRIGUES, I. . A UFSC na década de 1960: outras histórias. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetória e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SANTOS, A. L. **O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina: das linhas às redes**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, E. F. da. **Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, T. T. da. A Sociologia da Educação entre o Funcionalismo e o Pós-Modernismo: os Temas e os Problemas de uma Tradição. **Em Aberto**, a. 9, n. 46, 1990.

VIEIRA, A. de H. **O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.